

A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Cid Cordeiro Silva

Economista e supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)/ER-PR

FONTES DE PESQUISA

Na análise da dinâmica do mercado de trabalho na região metropolitana de Curitiba (RMC), um dos principais problemas são as fontes de pesquisa. Nos levantamentos conjunturais (mensais), pela descontinuidade do levantamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), mudança metodológica [Pesquisa Mensal de Emprego (PME)] e limitação da ocupação pesquisada do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Nos levantamentos anuais, pelo tempo da divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e pela limitação da ocupação pesquisada (Rais).

A PED, realizada em convênio com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), teve seus primeiros resultados divulgados em dezembro de 1994, e foi interrompida em janeiro de 1997, na gestão do Governador Jaime Lerner, por questões políticas.

A PME, realizada pelo Ipardes em convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve o primeiro resultado divulgado em abril de 1999, tendo sido iniciada, a partir de janeiro de 2003, nova série com a mudança metodológica.

O Caged é um registro das admissões e dispensas dos empregados celetistas, estando limitado, portanto, a uma parcela do mercado formal de trabalho.

Devido à descontinuidade, à mudança metodológica e à restrição da ocupação, as séries históricas de dados conjunturais do mercado de trabalho da RMC são limitadas, não permitindo uma análise de maior amplitude temporal da dinâmica do mercado de trabalho da região.

Para preencher essa lacuna de séries históricas conjunturais, será utilizado, na presente análise — mesmo reconhecendo as diferenças metodológicas —, o indicador anual (PNAD) no período 1995-2003 e as informações da PME para avaliar tendências para o ano de 2004.

COMPORTAMENTO DA PEA

Observa-se uma grande oferta de mão-de-obra na RMC no período 1995-2003. A população economicamente ativa (PEA) apresentou, no período, um crescimento de 37,43%, indicando uma variação anual média de 4,05%. Pelos dados da PME (relativos a setembro),

em 2004 a variação foi de 2,89%, reduzindo a variação média no período 1995-2004 para 3,92%.

O crescimento da PEA nessa magnitude representa um grande desafio em termos de geração de vagas para a região, o qual dificilmente será vencido com o nível de crescimento atual.

NÍVEL DE OCUPAÇÃO

A ocupação cresceu 33,30% entre 1995 e 2003, indicando uma variação anual de 3,66%, sem dúvida uma boa *performance*, comparativamente com o que ocorreu no Paraná e no Brasil em igual período, quando o crescimento foi de 14,41% e 8,59%, respectivamente.

O período foi marcado pela descontinuidade na taxa de crescimento da ocupação, com períodos bem definidos de crescimento e retração, reproduzindo o comportamento das últimas duas décadas e meia, conforme segue: no período 1996-1997 houve crescimento de 10,12%; em 1998, houve retração de 0,49%; no período 1999-2002, ocorreu crescimento de 24,28%; em 2003, ocorreu retração de 2,12%; e em 2004 houve crescimento de 3,47%.

O primeiro período, referente aos anos de 1996 e 1997, foi marcado por um prolongamento dos efeitos iniciais do Plano Real — aumento da renda, do Produto Interno Bruto (PIB) e do nível de emprego — na economia, diferenciado parcialmente do comportamento observado para o país e o Estado. O resultado de 1998 é fruto da crise do Plano Real (valorização do real), da retração do fluxo de capital, do aumento dos juros, da queda da renda e da estagnação do PIB.

A ocupação se recupera no período seguinte (1999-2002), como reflexo da mudança no câmbio (desvalorização do real) e seu impacto na exportação. É reflexo também do início da implantação dos projetos de investimento anunciados no período 1996-1997, principalmente das montadoras e fornecedores.

O crescimento é novamente interrompido em 2003 pela forte instabilidade pré-eleitoral que atinge a economia, pela redução do fluxo de capital e pela elevada desvalorização cambial e seus impactos sobre a inflação, levando o Banco Central (Bacen) a aumentar a taxa de juros, impactando o PIB, a renda e o emprego.

O emprego se recupera novamente em 2004. De acordo com os dados da PME para o mês de setembro (compatíveis com o período da PNAD), o nível de ocupados cresceu 3,47% na RMC, marcado pela retomada da economia, que apresentou o maior crescimento pós-1994. A estimativa é de que a ocupação volte a apresentar crescimento em 2005, embora em patamar inferior ao que se observou em 2004.

DESEMPREGO

Com a forte pressão do crescimento da PEA (média anual de 4,05%) e a ocupação crescendo em patamares menores (média anual de 3,66%), o desemprego atingiu níveis recordes. O número de desempregados passa de 72 mil, em 1995, para 142 mil em 2003, apontando um crescimento de 96,12%, ou um incremento de 69 mil pessoas desempregadas no período.

As maiores taxas de crescimento do desemprego ocorrem em 2001 e 2003, quando a taxa atinge o seu maior patamar na década de 1990, alcançando, respectivamente, 9,43% e 9,36%. Com o crescimento da ocupação em 2004 superando a variação da PEA (utilizando

dados da PME), a expectativa é de que a PNAD de 2004 registre redução da taxa de desemprego para a RMC.

QUALIDADE DA OCUPAÇÃO

O crescimento da ocupação deu-se, principalmente, nas ocupações precárias, informais — os chamados “bicos” —, com baixa remuneração; os trabalhadores na construção para o próprio consumo passaram de 5,5 mil para 32 mil (crescimento de 479%); o trabalho doméstico com carteira assinada passou de 18 mil para 36 mil (crescimento de 106%); os trabalhadores sem carteira assinada passaram de um total de 119 mil para 173 mil (crescimento de 46%); os trabalhadores por conta própria apresentaram variação de 45%; e os trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos apresentaram crescimento de 38% e 44%, respectivamente.